

DF não tem folclore político

Jornalista pede representação para a capital, que não é mais "escritório"

A representação política dominou intensamente os debates do seminário Brasília Anos 80, na noite de terça-feira, enfocando o tema: Brasília: Uma Visão Política. Cerca de 50 por cento das perguntas trataram do assunto através de enfoques diferentes. O assunto foi muito bem conduzido por membros da Associação Comercial do DF, que ocupavam a segunda fileira do auditório do Cine Brasília. A mesa-redonda foi presidida pelo jornalista Alfredo Obliziner, do Correio Braziliense.

Os jornalistas Sebastião Nery, Carlos Castelo Branco e Ruy Lopes e o senador Lázaro Barbosa concordaram que a representatividade não virá de graça. Para eles enquanto os órgãos de imprensa, órgãos de classe, enfim, todas as entidades não se unirem numa campanha maciça em favor de uma representação, Brasília continuará sem voz.

Numa situação muito específica, Brasília deixou o jornalista Sebastião Nery sem ter o que dizer sobre o seu folclore político: "não tem folclore, porque não tem política. O melhor folclore de Brasília é o Presidente da República não deixar vir governador eleito, nem deputado eleito, nem senador".

Defendendo a tese da necessidade de representantes para a Capital, Sebastião Nery lembrou os tempos em que Brasília era um "escritório", na opinião do deputado Ulisses Guimarães: "isto aqui é um escritório e ninguém gosta de dormir no escritório". Entretanto, salientou Nery, a vida da cidade, hoje, prova o contrário. Deixando de ser cidade apenas nos dias úteis, Brasília sofre com a segregação do seu direito de votar.

Ruy Lopes, recordando o exemplo dos ingleses, que mais tarde fundariam os Estados Unidos, citou uma frase que resumia a decisão deles: já que não tinham representação, também não pagariam taxas. "O que não chega a ser uma sugestão", acrescentou Ruy Lopes.

AMAZONIA LEGAL

Defender a representação política para o Distrito Federal seria o passo inicial que, admite o senador Lázaro Barbosa, não será o suficiente para resolver os problemas sociais com os quais se defronta Brasília. A extensão da Amazônia Legal à região geoeconômica do DF acena com uma perspectiva de industrialização

e conseqüente aumento da oferta de empregos para a população.

Assim como o auditório se colocou algumas vezes contrário à representação política - que atenderia a interesses de comerciantes e políticos carreiristas - a ampliação da Amazônia Legal também agradaria aos defensores das multinacionais. Lázaro Barbosa contestou a afirmação de um participante, argumentando que os grandes beneficiados são os pequenos e médios empresários:

Os incentivos da Sudam, os recursos do Basa e do Imposto de Renda, aplicados no Extremo Norte do País, estão servindo para engordar as multinacionais, porque só os grandes conglomerados têm condições econômicas para empreender em áreas tão distantes, onde são obrigados a montar uma estrutura que rivaliza, às vezes, com a própria estrutura do Estado, como é o caso do famigerado Projeto Jari, na Amazônia".

Lázaro Barbosa aponta as dificuldades de localização como o principal obstáculo para o empresariado nacional, que, segundo ele, estaria se recusando a fazer aplicações na área. A ampliação da Amazônia Legal para Goiás - do paralelo 13 ao

16 - beneficiaria os investidores e ampliaria o mercado de trabalho.

Sem a presença dos grandes latifúndios, os empresários nacionais contariam, ainda, com a proximidade do mercado consumidor de Brasília - três a quatro quilômetros - já que a área engloba a Região Nordeste de Goiás: Formosa, Flores, Mambá, Damiápolis, entre outras cidades, onde as propriedades, na sua maioria, não ultrapassam os 100 hectares.

As questões chave ficaram bem colocadas e receberam o apoio dos representantes da imprensa que participaram dos debates: Brasília precisa votar. Tornar-se independente econômica e juridicamente. Isso que provocou o levantamento de outra polêmica que se trava em torno da criação do Tribunal Regional do Trabalho em Brasília. Almir Gomes aproveitou para informar que representantes dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal reúnem-se toda quarta-feira para estudar o caso, que está sendo analisado através de levantamentos técnicos. A equipe pretende utilizá-los como prova da necessidade de criação de um TRT com sede em Brasília e jurisdição nestes Estados.